

EDUCAR PARA LIBERTAR: UMA PROPOSTA DIDÁTICA BASEADA EM STORYBOARD PARA O FLORESCER DO DEBATE ANTIRRACISTA

Vitória Nunes Soares 1 Maria Grasiela Cabral da Costa ² Danilo Lucena Chagas³ Daniel da Rocha Queiroz 4

INTRODUÇÃO

A formação do Brasil foi marcada pela escravidão, exploração dos recursos naturais e do povo nativo e, mesmo após a independência e o fim da escravidão, indígenas e afrodescendentes foram excluídos e marginalizados na sociedade. Logo, essa permanência das desigualdades pode ser compreendida à luz do conceito de racismo estrutural, o qual não se limita a atitudes individuais, mas constitui um elemento organizador das estruturas política, econômica e cultural do país, sustentando privilégios e hierarquias desde o período colonial até a atualidade (Almeida, 2019).

Como resultado desse processo histórico, o Movimento Negro no Brasil teve um papel fundamental na luta por reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira, sendo responsável por importantes avanços nas políticas públicas e educacionais como, por exemplo, a lei nº 10.639/2003, que altera a LDB e torna obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo da educação básica (BRASIL, 2003). Entretanto, o processo de descolonização ainda está longe de se consolidar na educação e na sociedade.

> Mas estamos muito mais próximos de uma indagação discursiva do processo de descolonização na sociedade e na educação do que realmente de sua efetivação como políticas sociais e educacionais, currículos e práticas. O combate e a superação ao racismo parecem uma boa proposta para colocar a descolonização em ação, tanto na sociedade quanto na educação, desde que não se invisibilize e silencie as negras, os negros e o Movimento Negro —



























¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, vitoria.nunessoares@ufpe.br;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, grasiela.costa@ufpe.br;

Graduado pelo Curso de Licenciatura em Letras (Português e Espanhol) da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, danilolucena137@gmail.com;

⁴ Professor orientador: Doutor, Departamento de Educação Física - UFPE, daniel.rochaqueiroz@ufpe.br.



suas lutas, memórias propostas políticas alternativas —, enquanto os principais sujeitos sociais e coletivos que nos reeducam nesse processo e com os quais temos muito ainda a aprender. (Gomes, 2021, p. 436-437).

Portanto, combater o racismo não é apenas uma questão ética, mas um compromisso legal essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse contexto, a escola assume um papel fundamental no combate ao racismo, sendo um dos ambientes em que os estudantes possam aprender sobre respeito e diversidade cultural (Cavalleiro, 2012).

Nesse sentido, é necessário que a Educação Física, como disciplina do componente curricular no ensino básico, também contemple propostas pedagógicas que valorizem essa abordagem. A dança, como eixo temático, é uma ferramenta potente para a preservação cultural e valorização das identidades étnico-raciais (Novaes; Prudente; Gonçalves, 2023). No entanto, nos anos finais do Ensino Fundamental, o foco é exclusivo em danças urbanas e de salão, o que limita o contato dos estudantes com a diversidade (BRASIL, 2018). Portanto, considerando a lógica de um currículo espiralado proposto por Bruner (1996), torna-se indispensável ampliar as propostas para revisitar a temática das danças de matriz afro-brasileira e indígena com mais complexidade, assegurando experiências que promovam o respeito e a valorização da pluralidade cultural.

Como aponta Candido (1988, p.174), "todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático, em todos os níveis de uma sociedade", abrange o conjunto de manifestações, pois valoriza expressões populares e comunitárias. Neste cenário, o estudo teve como objetivo viabilizar o debate antirracista no 9º ano do ensino fundamental, por meio da criação de um storyboard que utiliza a dança como eixo temático para a disiciplina de Educação Física.

Além disso, a escolha pelo 9º ano do Ensino Fundamental se deu pelo fato de estarem em um estágio de desenvolvimento classificado por Jean Piaget como Operacional Formal, no qual a "rebeldia" nesta fase de desenvolvimento indica, na verdade, o início da prática de novas habilidades intelectuais críticas, reflexivas e argumentativas, nos mostrando um refinamento da inteligência social (Chiaro; Monteiro, 2012). Com isso, possibilitaremos o desabrochar da visão crítica e antirracista, além de contemplar o conteúdo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

























METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa a ser aplicada, que busca analisar problemas em contextos sociais, e propor um produto pedagógico utilizável, buscando ampliar a compreensão e reformular conceitos, o que caracteriza a pesquisa exploratória segundo Gil (2008).

Como produto final, foi elaborado um storyboard de roteiro autoral, contando a história a de uma apresentação de um grupo de dança em uma praça que desencadeia comentários racistas e preconceituosos de outros personagens. A geração de imagens foi desenvolvida com o auxílio da inteligência artificial (IA), que retratam danças tradicionais, como o maracatu e o toré. Na última página do storyboard, inseriu-se um QR Code que direciona ao Kahoot, oferecendo uma avaliação lúdica por meio de um jogo interativo de perguntas, possibilitando estimar o nível de conhecimento prévio e, portanto, auxiliando o professor na mediação do conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através desta proposta didática, contemplou-se as habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Física, que tratam sobre compreender os elementos estéticos e corporais das danças, os contextos sociais e históricos que as constituem, proporcionando um ambiente propício à ampliação da consciência crítica dos estudantes sobre a diversidade cultural, os possibilitando refletir sobre preconceitos e discursos discriminatórios (BRASIL, 2018). Outrossim, esta experiência estimula e sensibiliza e a humanização dos estudantes, já que o contato com diferentes linguagens culturais, estéticas e literárias amplia a visão de mundo e desenvolve valores de empatia e respeito (Candido, 1988).

Ademais, tratamos da história e cultura afro-brasileira e indígena através do eixo cultural da dança dentro da disciplina da Educação Física e conseguimos promover entre todos os envolvidos nesta ação a ressignificação dos movimentos e um forte sentimento de pertencimento. Essa abordagem possibilitou uma reflexão sobre si e sua própria autoidentificação, revelando a estratégia de branqueamento que foi utilizada ao longo da história inicial do Brasil, na qual o termo moreno é o mais escolhido, o que demonstra a repulsa pelos termos pardo e mulato, numa tentativa de se afastar das



























denominações negro e preto, historicamente discriminadas e estigmatizadas pela sociedade em razão da cor da pele e das características físicas (Mattos, 2009).

Diante disso, esta pesquisa traz a relevância de se tratar sobre a temática nas escolas e também um alerta a todas as professoras e professores sobre o papel deles em desmascarar as motivações e as raízes do racismo no Brasil. Nesse sentido, conforme destacam Mattos e Monteiro (2021), para isso não basta apenas ter a boa vontade e ações pontuais, é necessário o aprofundamento nos assuntos que abrangem os conteúdos sobre a história e cultura negra, além da pesquisa em novas formas metodológicas e didáticas de se abordar o tema, reforçando a importância da formação continuada docente, a fim de que, segundo Kabengele Munanga, se diminua também a evasão escolar de estudantes negros.

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco. (Munanga, 2005, p. 16).

Entendemos que as danças afro-brasileiras e indígenas constituem expressões culturais profundamente marcadas por elementos simbólicos e espirituais de seus povos de origem, o que historicamente levou à sua repressão por parte da Igreja Católica no Brasil (Novaes; Prudente; Gonçalves, 2023). Contudo, ao serem abordadas no contexto escolar, essas manifestações devem ser tratadas como patrimônio cultural e forma de valorização da diversidade, não como práticas religiosas.

Assim, não se deve impor a participação de estudantes, docentes ou demais membros da comunidade escolar em atividades corporais de cunho espiritual, considerando que o Brasil é um Estado laico e que o respeito à liberdade religiosa é fundamental, conforme previsto na Constituição Federal art. 19, inciso I (BRASIL, 1988). Do mesmo modo, é imprescindível discutir e reconhecer essas danças como parte da construção de uma educação antirracista, pois "uma cultura que tem uma concepção estreita de si própria tende a ter uma concepção ainda mais estreita das outras culturas" (Santos, 2002, p. 18).

























CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o desenvolvimento desta proposta didática possibilita não apenas o resgate memorial da cultura e a reflexão sobre atitudes e discursos racistas por meio do conteúdo das danças na disciplina de Educação Física, mas também a criação de um material que ampliam o conhecimento e abrem um leque de possibilidades para futuros debates no ambiente escolar, pois, seguindo a mesma lógica metodológica utilizada nesta pesquisa, é possível desenvolver narrativas diversificadas que podem ser aplicadas em qualquer área do conhecimento.

Nesse sentido, confirma-se o potencial da dança como uma poderosa ferramenta dentro da Educação Física para impulsionar o florescimento do debate antirracista nas escolas, promovendo o respeito à diversidade e a valorização das identidades étnico-raciais. Do mesmo modo, reconhece-se o poder da literatura como um instrumento de sensibilização e formação crítica, capaz de despertar a empatia e ampliar horizontes culturais (Candido, 1988).

Por fim, o aprimoramento das práticas pedagógicas através da formação continuada dos docentes é de suma importância para a abordagem da educação antirracista em todas as disciplinas, englobando tanto ações pontuais em sala de aula, através de propostas criativas, como também projetos institucionais de natureza mais geral.

Palavras-chave: Dança, Antirracismo, Educação Física, Ensino Fundamental, Storyboard.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Alterada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 17 out. 2025.

























BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília: **Ministério da Educação**, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaof inal.pdf. Acesso em 17 out. 2025.

BRUNER, Jerome. **A cultura da educação**. Tradução de Abílio Queirós; revisão de Pedro Bernardo. Lisboa: Edições 70, 1996.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: Vários escritos. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 1988.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do Silêncio Do Lar Ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito E Discriminação Na Educação Infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHIARO, Sylvia de; MONTEIRO, Carlos Eduardo (orgs.). **Fundamentos psicológicos do ensino e da aprendizagem**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. p.138.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas**. Revista de Filosofia Aurora, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 425-440, maio/ago. 2021.

MATTOS, Ivanilde Guedes de; MONTEIRO, Pamela Tavares. Educação Física: corpos negros e insurgências epistêmicas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, p. e007820, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbce/a/Vscw6CNHS7NBhR9hc55cYBh/?format=html&lang=pt

MATTOS, Ivanilde Guedes de. Estética afirmativa: corpo negro e ensino da educação física. Salvador: EDUNEB, 2009.

MUNUNGA Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; 2005.

NOVAES, Fernanda; PRUDENTE, Paola Gomes; GONÇALVES, Matheus Félix Caetano. A dança como instrumento transformador das relações étnico-raciais na educação. Revista Extensão e Cultura, Cruz das Almas, v. 3, n. 6, p. 121-129, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/revistaextensao/article/view/3398.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A razão crítica da razão indolente - Contra o desperdício da experiência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.























